



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CIFORM

Ciform - O que é que o Ministério Público poder fazer para convencer a Assembleia de que é, de fato, algo inconstitucional?

OR - Evidentemente que o MP está aberto a um diálogo com a Assembleia Legislativa. Mas existem aí duas questões a serem colocadas. Uma delas é genérica, é sobre o repasse ou não da Assembleia Legislativa para as entidades não governamentais. Para essa questão, o MP já tinha uma ação pedindo que esses repasses fossem suspensos. A outra questão diz respeito a cada associação em específico. E nós vamos verificar se cada associação existe, se elas prestam serviços, se elas receberam recursos, se elas gastaram aquele recurso que foi indicado, que foi utilizado. E posso assegurar que, para essas mais de 50 ONGs apontadas pelo Ciform, o MP instaurará procedimentos. E serão tomadas medidas criminais e cíveis cabíveis.

Ciform - Qual é o seu anteparo de corpo técnico? O senhor tem peritos, polícia e engenharia para checar as realidades?

OR - Nós temos um promotor em cada município. Em Aracaju, nós temos nove promotores que trabalham na área. E, no Interior, temos promotores em todas as localidades. Esses promotores locais são auxiliados por todo um centro operacional, pois o MP tem centros de apoio operacional que atuam na Capital e no Interior. Hoje, o Ministério Público atua em conjunto com a polícia e, também, possui o poder de investigar.

juntamente, porque, juntos, eles encaminham melhor, podemos proporcionar maior celeridade aos processos.

Ciform - O senhor não acha que o terceiro setor, em Sergipe, para além das entidades que se relacionam com a Assembleia, corre meio frouxo, sem que haja fiscalização mais ativa de quem de direito?

OR - Concordo. Entendo que o mais importante não é a regulamentação. Ou seja, se alguma verba sai da Assembleia Legislativa para ser destinada às associações, então, que haja fiscalização, que esse dinheiro seja aplicado onde ele tem que ser aplicado. Mas veja bem, em um primeiro momento, no que tange as verbas de subvenção, o MP é completamente contra o repasse desse dinheiro.

Ciform - Além dessas questões de subvenções, a impressão que o MPE/SE passa hoje é que parece acomodado em face das grandes demandas, das grandes causas. O que o senhor acha disso?

OR - Não vejo passividade do Ministério em área nenhuma, pelo contrário. E vou dar um exemplo no que se refere ao Tribunal de Contas: O TCE fez um concurso para ingresso de servidores. Esses servidores trouxeram uma representação ao Ministério Público, que fez uma recomendação ao Tribunal. E todos os aprovados foram convocados. Então, o MP tem essa atribuição. Posso assegurar, em relação às ONGs, que já estamos atrás disso. Estou dizendo que nós já temos uma ação há mais de 10 anos sobre essa matéria. Agora, uma vez que o Ministério entra com uma ação, ela não depende mais do MP. Depende do Poder Judiciário. E essa semana, logo depois do recesso, os promotores estarão visitando ou juiz ou juíza que está com a matéria, com essa ação de 10 anos, para pedir uma

zar, entrar com as ações, investigar, conversar, dialogar. Agora, tem uma coisa que eu quero dizer. Nós dialogamos, fazemos compromisso de ajustamento, mas não dialogamos com corrupção. Se alguém desviou dinheiro, será processado civil e criminalmente, não tenha dúvida quanto a isso.

Ciform - O MPE não fica muito passivo, à espera de agir só mediante denúncias?

OR - O Ministério não age somente mediante denúncia, ele também investiga. Nesse exato momento, há centenas de encaminhamentos em andamento em que não existiram denúncias. O promotor de Justiça, ao tomar conhecimento do crime, tem que agir. Ele não precisa ser provocado. Então, há um procedimento, instaura-se um inquérito civil público. E se houve crime, é instaurado um inquérito penal. Quanto às subvenções, o Ministério Público está trabalhando na questão. E vamos resolver sim, em 2013, essa questão das subvenções. O ano de 2013 não terminará sem que essa questão das subvenções da Assembleia Legislativa seja terminantemente solucionada.